



UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS – UniEVANGÉLICA
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE BEM-ESTAR
ANIMAL EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO A
PEQUENOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

Antonio Liberio da Rocha Neto

Gabriel Moraes Silva

João Paulo Lopes de Paula

Kleber Ricciotti Bragaia Rocha

ANÁPOLIS - GO

2025

Antonio Liberio da Rocha Neto; Gabriel Moraes Silva; João Paulo Lopes de Paula; Kleber Ricciotti Bragaia Rocha

**AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE BEM-ESTAR
ANIMAL EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO A
PEQUENOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica,
para obtenção do título de Bacharel em Medicina
Veterinária.

Área de concentração: Bem-estar animal

Orientador (a): Prof. Me. Luiz Fernando Fernandes
dos Santos

**ANÁPOLIS - GO
2025**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE ABREVIATURAS	v
RESUMO	vi
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
4. METODOLOGIA	14
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
6. CONCLUSÃO	20
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Princípios do Bem-Estar Animal (WOAH, 2024)	11
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
RT	Responsável Técnico
WOAH	<i>World Organisation for Animal Health</i>
WSAVA	<i>World Small Animal Veterinary Association</i>

RESUMO

O bem-estar animal tem se consolidado como um tema de destaque na sociedade contemporânea, especialmente em estabelecimentos como clínicas veterinárias e unidades de comércio e serviços destinados a animais de companhia, que desempenham papel fundamental na promoção da saúde física e emocional dos *pets*. Nesse contexto, torna-se essencial compreender em que medida esses ambientes estão adequados às normativas nacionais e internacionais que orientam práticas éticas e humanizadas. Este trabalho teve como objetivo avaliar a aplicação das normas de bem-estar animal em estabelecimentos do município de Anápolis (GO), identificando seu nível de conformidade, os desafios enfrentados pelos profissionais e as possíveis estratégias de melhoria. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, com abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de um questionário semiestruturado composto por questões abertas e fechadas. O instrumento foi organizado em quatro eixos analíticos: estrutura e conformidade legal, práticas e procedimentos internos, percepção dos tutores e desafios relacionados à implementação das normas. A amostra foi constituída por seis estabelecimentos, incluindo clínicas veterinárias, comércios de produtos e serviços para animais e unidades que acumulavam ambas as funções. Os resultados evidenciaram que 80% dos estabelecimentos possuem Responsável Técnico devidamente registrado, em conformidade com as exigências do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Além disso, todos os participantes declararam conhecer as principais resoluções que regulamentam o funcionamento dos estabelecimentos médico-veterinários e afirmaram dispor de protocolos formais de atendimento e manejo. Apesar desse cenário positivo, a pesquisa revelou que somente 17% realizam capacitação contínua das equipes, o que representa um dos pontos de maior fragilidade na consolidação das boas práticas. Ainda assim, todos os estabelecimentos relataram adotar medidas práticas voltadas à redução do estresse e da dor dos animais, como contenção humanizada, climatização dos ambientes, separação por espécie e enriquecimento ambiental, alinhando-se parcialmente às diretrizes das “Cinco Liberdades”. A percepção dos profissionais indicou que o nível de conhecimento dos tutores influencia diretamente a adoção de condutas adequadas, reforçando a necessidade de ações educativas voltadas ao público. Entre os desafios mencionados, destacaram-se a falta de fiscalização efetiva, limitações estruturais e ausência de políticas públicas que incentivem melhorias.

Conclui-se que, embora os estabelecimentos apresentem adesão formal às normativas, ainda existem lacunas importantes na formação técnica das equipes e no fortalecimento da responsabilidade institucional. Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias integradas envolvendo órgãos reguladores, profissionais e comunidade, com vistas ao aprimoramento contínuo das práticas de bem-estar animal em ambientes clínicos e comerciais.

Palavras-chave: *Bem-estar animal; Clínicas veterinárias; Responsabilidade técnica.*

1. INTRODUÇÃO

O bem-estar animal tem se consolidado como um tema de destaque na sociedade contemporânea, especialmente em ambientes como clínicas veterinárias e estabelecimentos voltados ao comércio e aos cuidados com animais de companhia. Garantir que esses espaços sigam normas e regulamentações voltadas ao bem-estar animal não se trata apenas do cumprimento de exigências legais, mas também da promoção de serviços que respeitem a saúde física e emocional dos animais (WOAH, 2024). Estudos nacionais recentes reforçam que a adoção de um manejo humanizado em clínicas médicas veterinárias contribui para a redução do estresse dos animais, melhora o vínculo com o tutor e fortalece a atuação profissional, sendo essencial a capacitação contínua das equipes (OLIVEIRA; NOTOMI, 2023).

A aplicação adequada dessas diretrizes é fundamental para assegurar um atendimento ético e de qualidade, promovendo um ambiente que favoreça a saúde, o conforto e o comportamento natural dos animais (WOAH, 2024). Para isso, os profissionais e gestores desses estabelecimentos devem estar comprometidos com a implementação de práticas alinhadas às normativas técnicas e aos princípios éticos da medicina veterinária, conforme estabelecido pelo Código de Ética do Médico-Veterinário (CFMV, 2018).

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo avaliar a conformidade de clínicas veterinárias e estabelecimentos comerciais que prestam serviços a animais com as normas de bem-estar animal, investigando os desafios enfrentados pelos profissionais do setor na implementação dessas práticas. A problemática central da pesquisa consiste em verificar a efetividade das regulamentações na promoção de um ambiente adequado para os animais, bem como compreender os principais obstáculos que dificultam a adoção de boas práticas no cotidiano desses estabelecimentos.

A fundamentação teórica deste trabalho baseia-se em conceitos e diretrizes nacionais e internacionais sobre bem-estar animal, com ênfase nas normativas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), especialmente nas Resoluções nº 1069/2014 e 1236/2018, além da legislação vigente referente à proteção e aos direitos dos animais (CFMV, 2014; CFMV, 2018; WOAH, 2024).

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Avaliar a aplicação das normas e regulamentações de bem-estar animal em pet shops e clínicas veterinárias, identificando desafios e propondo melhorias para aprimorar as práticas adotadas.

Objetivos Específicos

- Verificar o nível de conformidade dos estabelecimentos com as regulamentações vigentes relacionadas ao bem-estar animal;
- Identificar os principais obstáculos enfrentados por profissionais para a implementação efetiva dessas normas;
- Propor sugestões de melhorias com base nos resultados obtidos na pesquisa;
- Contribuir para a conscientização e valorização do bem-estar animal nos ambientes de atendimento veterinário.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO PROBLEMA

Nas últimas décadas, o conceito de bem-estar animal passou por uma profunda reformulação. A visão meramente utilitarista deu lugar a abordagens que reconhecem os animais como seres sencientes, com necessidades físicas, emocionais e comportamentais específicas. Atualmente, o bem-estar animal é considerado uma diretriz fundamental para o atendimento ético, especialmente em ambientes como clínicas veterinárias e *pet shops*, que lidam diretamente com animais de companhia (WOAH, 2024).

Essa transformação conceitual está acompanhada por mudanças sociais e legislativas. A valorização crescente dos animais de estimação como membros da família tem impulsionado a demanda por serviços que ofereçam não apenas tratamentos técnicos, mas também ambientes seguros, tranquilos e respeitosos ao comportamento natural dos animais. Segundo o CFMV (2024), cabe aos estabelecimentos veterinários garantir condições estruturais e operacionais que estejam alinhadas às normativas atuais de bem-estar animal, promovendo o conforto, a saúde e a redução do estresse durante os atendimentos.

3.2. ESTADO DA ARTE: NORMAS E DIRETRIZES VIGENTES

O Brasil possui um arcabouço legal consolidado sobre o bem-estar animal, especialmente no que se refere ao funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários. Destacam-se, nesse contexto, as Resoluções nº 1.069/2014 e nº 1.236/2018 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), que estabelecem diretrizes para a estrutura física, composição da equipe técnica, atuação do responsável técnico (RT) e procedimentos voltados à promoção do bem-estar dos animais atendidos (CFMV, 2014; CFMV, 2018).

No âmbito internacional, a *World Organisation for Animal Health* (WOAH), anteriormente conhecida como OIE, apresenta um conjunto abrangente de recomendações através do Código Sanitário para Animais Terrestres. Esse documento define princípios universais para o bem-estar animal, como a garantia de liberdade de dor, medo, desconforto e a promoção de comportamentos naturais (WOAH, 2024). As diretrizes da WOAH servem como referência para a formulação de políticas públicas e normas técnicas no Brasil, incluindo aquelas aplicadas a clínicas veterinárias e estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento de animais de companhia.

TABELA 1 – Princípios do Bem-Estar Animal

Princípios	Descrição
Liberdade de fome e sede	Acesso a água e alimentação adequadas
Liberdade de desconforto	Ambiente apropriado (abrigo, temperatura)
Liberdade de dor e doenças	Prevenção e tratamento
Liberdade de expressar comportamentos naturais	Espaço e estímulo adequados
Liberdade de medo e estresse	Evitar sofrimento psicológico

Fonte: WOA, 2024.

Além das normativas, a literatura aponta desafios na implementação prática dessas diretrizes, como a falta de capacitação técnica, resistência cultural à mudança e limitações financeiras (CFMV, 2018).

3.3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O conceito de bem-estar animal é amplamente utilizado nas ciências veterinárias, sendo definido pela *World Organisation for Animal Health* (WOAH, 2024) como o estado físico e mental de um animal em relação às condições em que vive e morre. Esse conceito envolve dimensões como saúde, nutrição, ambiente, comportamento e estado emocional, e representa um dos pilares da medicina veterinária moderna.

Um princípio fundamental para a formulação de políticas e práticas de bem-estar é a *senciência*, que se refere à capacidade dos animais de sentir dor, prazer e emoções. A *senciência* é reconhecida cientificamente como critério ético e biológico que justifica a necessidade de medidas protetivas específicas para os animais de companhia (WSAVA, 2018).

Outro aspecto essencial é o ambiente enriquecido, ou seja, um espaço físico projetado para estimular comportamentos naturais da espécie, como explorar, descansar, interagir e brincar. Segundo a Fiocruz (2010), ambientes enriquecidos reduzem o estresse e melhoram a saúde comportamental, sendo especialmente relevantes em ambientes como pet shops e clínicas veterinárias, onde os animais estão fora de seu habitat doméstico.

No contexto normativo brasileiro, destaca-se o papel da responsabilidade técnica, exercida pelo médico-veterinário regularmente registrado, designado para supervisionar e garantir o cumprimento das exigências legais, sanitárias e éticas dentro dos estabelecimentos. De acordo com a Resolução nº 1236/2018 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), o responsável técnico deve assegurar que os protocolos adotados estejam alinhados com os princípios do bem-estar animal e com a legislação vigente.

3.4. MAPEAMENTO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

A implementação de boas práticas de bem-estar animal em *pet shops* e clínicas veterinárias deve ser conduzida de maneira sistemática e adaptada à realidade de cada estabelecimento. Segundo a *World Organisation for Animal Health* (WOAH, 2024), a estrutura e o manejo dos ambientes de atendimento devem considerar a saúde física e emocional dos animais, respeitando sua senciência e os princípios das “Cinco Liberdades”. No Brasil, essa abordagem é reforçada pelas resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV, 2014; 2018; 2020) e pelas diretrizes da Associação Mundial de Veterinária de Pequenos Animais (WSAVA, 2018), que destacam a importância da responsabilidade técnica, capacitação da equipe e protocolos éticos de manejo.

O processo de transição entre modelos convencionais de atendimento e abordagens centradas no bem-estar animal pode ser dividido em cinco etapas fundamentais.

A primeira etapa consiste no diagnóstico inicial, que envolve uma avaliação detalhada da infraestrutura do estabelecimento, dos protocolos existentes, da rotina de atendimento e da qualificação da equipe. De acordo com o Guia Sanitário da Fiocruz (2010), o ambiente físico deve garantir segurança, higiene e conforto, elementos essenciais para o bem-estar animal. Essa análise preliminar é fundamental para identificar fragilidades operacionais e estruturais que possam comprometer a experiência dos animais atendidos.

A segunda etapa refere-se à capacitação da equipe. A formação contínua dos profissionais é indispensável para assegurar práticas fundamentadas na ciência do bem-estar animal. A WSAVA (2018) recomenda que todos os colaboradores, desde recepcionistas até médicos-veterinários, compreendam aspectos relacionados ao comportamento, dor, medo e estresse dos animais, promovendo atendimentos mais humanizados e seguros.

A terceira etapa envolve as adequações estruturais e procedimentais. Neste ponto, os estabelecimentos devem realizar intervenções físicas que proporcionem um ambiente limpo, climatizado, com isolamento acústico e áreas de descanso adequadas para diferentes espécies. Paralelamente, é necessário elaborar e implementar Procedimentos Operacionais Padronizados que contemplem diretrizes de contenção ética, manipulação segura e protocolos específicos para espécies distintas, conforme orientações do CFMV (2020).

A quarta etapa corresponde ao monitoramento e à avaliação contínua das práticas adotadas. Ferramentas como *checklists* internos, auditorias, relatórios de não conformidade e fichas de observação podem ser empregadas para garantir o cumprimento das normas e

identificar falhas operacionais. Conforme o Manual de Boas Práticas do CFMV (2020), a mensuração regular de indicadores contribui para o aprimoramento dos serviços e para a prevenção de situações de risco ou sofrimento animal.

Por fim, a quinta etapa diz respeito à incorporação do *feedback* da equipe e dos tutores. O envolvimento dos colaboradores e a escuta ativa dos tutores dos animais auxiliam na identificação de pontos críticos, ajustes de rotina e construção de um ambiente participativo. Essa etapa contribui diretamente para o fortalecimento da cultura organizacional voltada ao bem-estar animal e está alinhada aos princípios da comunicação ética defendidos pela WSAVA (2018).

4. METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa com elementos quantitativos, de natureza exploratória-descritiva. A investigação teve como objetivo levantar informações sobre práticas, estruturas, conformidade legal e percepções relacionadas ao bem-estar animal em clínicas veterinárias, serviços de banho e tosa e comércios de produtos para animais. A pesquisa foi orientada por pressupostos teóricos relacionados ao bem-estar animal como diretriz ética e técnica na medicina veterinária, conforme apontam documentos normativos do CFMV (2014; 2018), da WSAVA (2018) e da WOAAH (2024).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por questões objetivas (fechadas) e subjetivas (abertas). O instrumento foi desenvolvido com base nas diretrizes normativas nacionais e internacionais, incluindo as Resoluções nº 1069/2014 e nº 1236/2018 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), o Código Sanitário da Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, 2024) e as recomendações da *World Small Animal Veterinary Association* (WSAVA, 2018), além de literatura científica relevante sobre o tema (FIOCRUZ, 2010).

As perguntas foram organizadas em quatro eixos temáticos inter-relacionados. O primeiro eixo abordou aspectos de estrutura e conformidade legal, investigando a presença de responsável técnico (RT), o conhecimento das normas do CFMV por parte da equipe e a existência de protocolos formais de manejo. O segundo eixo concentrou-se nas práticas e procedimentos internos adotados pelos estabelecimentos, incluindo a capacitação da equipe, o manejo humanizado e o controle de dor, medo e estresse nos animais atendidos. O terceiro eixo explorou a percepção dos profissionais sobre os responsáveis dos animais, avaliando se o nível de informação dos clientes influencia a aplicação das boas práticas. Por fim, o quarto eixo reuniu perguntas relacionadas aos desafios enfrentados e propostas de melhoria, a fim de identificar barreiras práticas à aplicação das normas de bem-estar animal e sugestões oriundas dos próprios profissionais da área.

O questionário foi disponibilizado em formato digital, por meio de plataforma online,

e respondido de forma voluntária e anônima, garantindo confidencialidade e liberdade de expressão aos participantes.

4.3 AMOSTRA E LOCAL

A amostra foi composta por seis estabelecimentos que atuam como clínicas veterinárias, unidades de banho e tosa e comércios de produtos para animais, ou que exercem ambas as funções, localizados no município de Anápolis. Os dados foram coletados entre abril e junho de 2025. A seleção foi realizada por amostragem não probabilística por conveniência, considerando a disponibilidade de resposta e o consentimento dos responsáveis pelos estabelecimentos.

4.4 TRATAMENTO DOS DADOS

As respostas foram organizadas em uma planilha eletrônica, o que permitiu a tabulação, categorização e sistematização das informações obtidas. Considerando que esta pesquisa foi conduzida por meio de um questionário digital, sem experimentação laboratorial ou procedimentos clínicos, não foram utilizados equipamentos físicos, produtos biológicos, insumos técnicos ou instrumentos laboratoriais.

Metodologicamente, os dados foram classificados de acordo com o tipo de questão. As respostas objetivas (fechadas) foram submetidas à análise quantitativa descritiva, expressa em frequência absoluta e relativa (%), com o objetivo de identificar padrões e tendências entre os respondentes. Já as respostas abertas (subjetivas) foram analisadas por meio de análise qualitativa temática, a partir da identificação de repetições, agrupamentos e categorias emergentes. Essa abordagem foi fundamentada na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Minayo (2009), amplamente utilizada em pesquisas aplicadas à saúde coletiva e ciências humanas.

O questionário foi construído com base em documentos técnicos amplamente reconhecidos, como o Código Sanitário Terrestre da WOAH (2024), as Resoluções nº 1069/2014 e nº 1236/2018 do CFMV, e as Diretrizes de Bem-estar Animal da WSAVA (2018). Sua validação inicial foi realizada de maneira informal, com revisão por um profissional da área médico-veterinária atuante em clínica de pequenos animais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS

A pesquisa contemplou seis estabelecimentos localizados no município de Anápolis, sendo três voltados predominantemente à comercialização de produtos e à oferta de serviços para animais, dois com atuação em ambos e uma atuação exclusivamente clínica. Verificou-se que a maioria possui mais de dez anos de funcionamento, indicando estabilidade operacional e consolidação no mercado regional. Em contrapartida, dois estabelecimentos estavam em atividade entre um e três anos, evidenciando a presença de novos empreendimentos e a contínua expansão do setor *pet* no município. Esse cenário reflete a tendência nacional de crescimento do mercado de animais de companhia, que tem ampliado a demanda por serviços especializados e alinhados às boas práticas de bem-estar animal (OLIVEIRA; NOTOMI, 2023).

5.2 ESTRUTURA LEGAL E CONFORMIDADE NORMATIVA

No que se refere à conformidade legal, 80% dos estabelecimentos informaram possuir um Responsável Técnico (RT) devidamente registrado no CRMV, conforme estabelecido pela Resolução nº 1236/2018 do CFMV, enquanto 20% não atendiam a esse requisito, o que pode comprometer a supervisão técnica das atividades realizadas. Todos os respondentes declararam conhecer as normativas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, incluindo as Resoluções nº 1069/2014 e nº 1236/2018, demonstrando familiaridade com as bases regulatórias que orientam a prática profissional. Entretanto, esse conhecimento não necessariamente se traduz em implementação efetiva das exigências legais, sobretudo na ausência de capacitação contínua, atualização de protocolos e monitoramento sistemático das práticas internas, conforme destacado em diretrizes nacionais e internacionais (WSAVA, 2018; CFMV, 2020).

5.3 PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS

Todos os estabelecimentos relataram possuir protocolos formais relacionados ao atendimento e ao manejo dos animais, o que demonstra uma intenção de padronizar as práticas internas e promover maior previsibilidade e segurança nos procedimentos realizados. A adoção de protocolos constitui um elemento essencial para a organização dos fluxos de

trabalho e para a redução de variabilidades no atendimento. Entretanto, a literatura aponta que a mera existência desses documentos não garante sua efetividade. Para que cumpram sua função, é necessário que sejam aplicados corretamente pela equipe, revisados periodicamente e sustentados por evidências científicas atualizadas, conforme orientam as diretrizes internacionais de boas práticas em saúde e bem-estar animal (WOAH, 2024).

5.4 CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES

A capacitação das equipes mostrou-se um dos pontos mais críticos entre os estabelecimentos avaliados. Apenas 17% afirmaram oferecer treinamentos regulares aos colaboradores, enquanto a maioria relatou capacitação esporádica ou inexistente. Essa fragilidade pode comprometer significativamente a qualidade do manejo, favorecendo condutas inadequadas, como contenção excessiva, falhas na comunicação com os tutores ou dificuldades na interpretação de sinais comportamentais. Considerando que muitos desses estabelecimentos contam com equipes reduzidas, a ausência de formação continuada tende a ampliar a sobrecarga de trabalho e a limitar a padronização de práticas entre os funcionários. Diretrizes nacionais e internacionais reforçam que a capacitação contínua é fundamental para garantir um atendimento ético, seguro e humanizado, alinhado às exigências das normativas de bem-estar animal (WSAVA, 2018; CFMV, 2020).

5.5 PRÁTICAS VOLTADAS AO BEM-ESTAR

Apesar das limitações identificadas no que diz respeito à capacitação das equipes, todos os estabelecimentos participantes relataram adotar práticas direcionadas à redução da dor, do medo e do estresse durante os atendimentos. Entre as ações mais mencionadas destacam-se a contenção humanizada, a climatização adequada dos ambientes, a separação dos animais por espécie, a supervisão direta do responsável técnico e o uso de enriquecimento ambiental, especialmente em áreas de espera e internação. Tais práticas demonstram um esforço consistente em promover condições mais seguras e confortáveis aos animais atendidos, estando em consonância com os princípios das “Cinco Liberdades” estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal. Esses princípios incluem a garantia de conforto, a possibilidade de expressão de comportamentos naturais e a proteção contra sofrimento físico e emocional desnecessário, consolidando-se como eixo fundamental das políticas de bem-estar animal contemporâneas (WOAH, 2024).

5.6 PERCEPÇÃO SOBRE OS TUTORES

A percepção dos profissionais em relação aos tutores indicou que todos os respondentes (100%) consideram que os clientes possuem apenas conhecimento parcial sobre o bem-estar animal. Esse dado revela uma limitação importante na compreensão do tema, o que pode dificultar a adoção plena das práticas recomendadas pelos estabelecimentos. Quanto ao impacto desse nível de conhecimento na rotina dos serviços, 67% dos participantes afirmaram que a falta de informação dos tutores influencia negativamente a aplicação das boas práticas, enquanto 33% declararam não saber avaliar essa influência, e apenas 17% relataram influência positiva. Apesar dessas diferenças, houve consenso entre os respondentes de que, caso os tutores fossem mais bem informados, a implementação das práticas de bem-estar seria mais fácil percepção compartilhada por 100% dos profissionais. Esse entendimento reforça a importância de estratégias educativas para promover maior adesão aos protocolos, melhorar a comunicação com os tutores e reduzir resistências durante o atendimento. Em relação à valorização dos serviços voltados ao bem-estar animal, 67% dos profissionais afirmaram perceber claramente essa valorização por parte dos tutores, enquanto 33% relataram que somente alguns a reconhecem. Esses resultados demonstram que, embora exista um grupo de tutores sensível ao tema, ainda há necessidade de ampliar a conscientização da população. A literatura destaca que ações educativas contribuem significativamente para o engajamento dos tutores, favorecendo práticas humanizadas, colaborativas e alinhadas às diretrizes éticas e sanitárias de cuidado animal (FIOCRUZ, 2010; OLIVEIRA; NOTOMI, 2023).

5.7 DESAFIOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

Os principais desafios identificados pelos estabelecimentos incluíram a ausência de capacitação contínua das equipes, limitações estruturais que dificultam a plena adequação às normas vigentes e a insuficiência de fiscalização efetiva por parte dos órgãos responsáveis. Essas fragilidades comprometem a consolidação de práticas consistentes de bem-estar animal e revelam a necessidade de ações mais estruturadas, permanentes e integradas. As propostas de melhoria apresentadas pelos participantes destacaram como prioridades o incentivo à formação técnica e à educação continuada dos profissionais, a realização de campanhas educativas voltadas aos tutores visando ampliar a conscientização da população sobre a importância do bem-estar animal e o fortalecimento da fiscalização, tanto em rigor quanto em caráter orientador, por parte dos conselhos de classe e órgãos reguladores. Essas sugestões

estão em consonância com recomendações nacionais e internacionais, que enfatizam a necessidade de articulação entre políticas públicas, participação social e fortalecimento da responsabilidade técnica como estratégias fundamentais para o avanço e a consolidação de práticas adequadas de bem-estar animal em ambientes clínicos e comerciais (CFMV, 2020; WSAVA, 2018; WOA, 2024).

6. CONCLUSÃO

O presente estudo avaliou a conformidade de clínicas veterinárias e estabelecimentos de comércio e serviços voltados a animais de companhia no município de Anápolis quanto à aplicação das normas de bem-estar animal. Os resultados evidenciaram avanços relevantes, como a presença de protocolos formais em todos os estabelecimentos analisados e o reconhecimento, por parte dos profissionais, da importância das normativas do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Tais aspectos demonstram a existência de uma estrutura básica voltada à padronização e ao cumprimento legal, o que representa um indicativo positivo para a qualidade do atendimento prestado. Entretanto, também foram identificadas fragilidades significativas, especialmente relacionadas à ausência de capacitação contínua das equipes e à atuação efetiva do responsável técnico, elementos fundamentais para a implementação adequada das boas práticas de manejo. Observou-se, ainda, que o nível de conhecimento dos tutores influencia diretamente a adesão às condutas recomendadas, reforçando a importância de ações educativas voltadas ao público, de modo a fortalecer a cultura de bem-estar animal na comunidade. Diante desse cenário, conclui-se que, embora exista adesão formal às normativas vigentes, a plena efetividade das práticas de bem-estar ainda depende de investimentos estruturais, qualificação profissional sistemática, atualização periódica dos protocolos e fortalecimento da fiscalização pelos órgãos competentes. Recomenda-se que estudos futuros ampliem a amostra de estabelecimentos avaliados e incluam a perspectiva dos tutores, permitindo uma compreensão mais abrangente dos desafios e das possibilidades de aprimoramento relacionados à promoção do bem-estar animal em diferentes contextos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). *Manual de boas práticas para serviços de higiene e estética animal*. Brasília: CFMV, 2020.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). *Resolução nº 1069, de 27 de abril de 2014: dispõe sobre a normatização para estabelecimentos médico-veterinários*. Brasília: CFMV, 2014.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). *Resolução nº 1236, de 26 de outubro de 2018: dispõe sobre a responsabilidade técnica em estabelecimentos veterinários*. Brasília: CFMV, 2018.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). *Resolução nº 1596, de 26 de março de 2024: estabelece diretrizes e regras para a responsabilidade técnica em programas, campanhas e mutirões de esterilização cirúrgica de cães e gatos com o objetivo de manejo populacional*. Brasília: CFMV, 2024.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Guia sanitário para estabelecimentos médicos veterinários*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, C. F.; NOTOMI, M. K. *Bem-estar animal aplicado à clínica médica de cães e gatos domésticos*. *Ciência Animal, Campo Grande*, v. 33, n. 3, p. 98-113, jul./set. 2023.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). *Terrestrial Animal Health Code – Chapter 7. Animal Welfare*. Paris: WOAH, 2024.

WORLD SMALL ANIMAL VETERINARY ASSOCIATION (WSAVA). *Diretrizes de bem-estar animal da WSAVA*. [S.l.]: WSAVA, 2018. 84 p.